

5. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PBHSF

As chances de um projeto ou plano ser bem sucedido são diretamente proporcionais à clareza de definição dos objetivos, métodos e controles dos resultados obtidos; à intensidade dos efeitos que produz; e aos prazos para seus efeitos se tornarem sensíveis e para levar o benefício às pessoas e atividades afetadas. Quanto maior o grau de especificidade de um Plano, mais intensos, imediatos e focalizados serão seus resultados.

No processo de elaboração do PBHSF de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco, foi possível: (1) identificar os problemas da Bacia relacionados com os recursos hídricos, inclusive com o concurso da participação pública; (2) definir um conjunto de ações consideradas nos âmbitos dos três níveis de governo e dos segmentos organizados da sociedade civil representados no CBHSF para a recuperação e revitalização hidroambiental da Bacia, bem como para a gestão integrada dos recursos hídricos; e (3) propor um portfólio de investimentos em serviços e obras de recursos hídricos, uso da terra, saneamento ambiental e sustentabilidade hídrica do Semi-árido que, uma vez cumpridos, permitirão que sejam alcançados os objetivos fixados.

Entretanto, apesar do PBHSF, em sua fase de planejamento, ter procurado reforçar suas chances de sobrevivência e êxito, grande parte dos desafios que envolvem o desenvolvimento sustentável da Bacia rio São Francisco e a gestão dos recursos hídricos não se localizam no planejamento das ações e sim na fase de implementação.

Por esta razão, o presente capítulo aborda exatamente as estratégias e linhas de ação possíveis para a implementação do PBHSF, analisando a conjuntura em que o mesmo estará inserido; percorrendo os aspectos estratégicos econômicos, institucionais, técnicos e sociais a serem considerados; e oferecendo um conjunto de recomendações que constituem um “mapa do caminho” para a implementação do Plano pelo Comitê.

5.1. Conjuntura em que o Plano estará inserido

O Plano está nascendo num contexto de um rigoroso ajuste fiscal e financeiro no País, o qual, além de impor uma restrição orçamentária rígida ao desempenho do setor público consolidado e um controle da expansão do crédito líquido disponível na economia, inibe a expansão de novos investimentos de infra-estrutura econômica de maior porte. As chances de que estes investimentos possam ser financiados dentro do modelo inovador de Parcerias Público-Privado ainda é uma questão em aberto, dependendo de detalhes técnicos da sua legislação e da própria reação dos investidores privados. Não se pode, portanto, esperar que todas as ações e o próprio portfólio de investimentos do PBHSF venham a ser implementados rigorosamente como previsto na sua apresentação final.

O PBHSF deverá adotar uma perspectiva realista sobre as diferentes formas de restrições e condicionantes, que se impõem à execução de suas políticas, programas e projetos de desenvolvimento sustentável, para evitar que se deslize no campo do voluntarismo utópico, onde os planejadores tendem a definir objetivos e metas que não são exequíveis dentro do contexto prevalecente das expectativas da população, dos processos sociais em andamento e da escassa disponibilidade de recursos em escala nacional e regional. Basicamente, ao nível do sistema de planejamento, é preciso ter sempre presente que a alocação de recursos escassos que podem ter usos alternativos em diferentes programas e projetos, assim como a

distribuição de seus custos e benefícios entre diversas pessoas e grupos sociais, são decisões de natureza eminentemente política.

O reconhecimento da existência de restrições e condicionantes político-institucionais significa que o processo de planejamento do desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos hídricos envolvem uma série de decisões que têm de ser analisadas em função da viabilidade de implementação das ações e medidas que visam a efetivar alternativas e escolhas a serem feitas. A análise do conjunto de decisões não pode descartar-se dos condicionamentos a que tais decisões estão submetidas, os quais demonstram um grau de complexidade alto, desde que se inter-relacionam e se apresentam de forma e relevância bastante variadas. Estes condicionamentos aparecem como restrições à efetivação das alternativas de desenvolvimento do PBHSF, mas nem sempre em caráter definitivo, pois dependem de negociações políticas e das transformações impostas pelo próprio processo de desenvolvimento sócio-econômico do País. A identificação e a avaliação das restrições ao planejamento requerem, assim, atenção especial às transformações econômicas em curso, bem como percepção das oportunidades (ou seja, dos graus de liberdade) que estão abertas às negociações político-institucionais.

Essas considerações levam à análise das possibilidades e da viabilidade das estratégias de desenvolvimento sustentável do PBHSF, pelo menos, nos seguintes aspectos: (1) restrições resultantes do próprio processo de desenvolvimento da economia nacional e internacional e a indefinição quanto a um novo ciclo de expansão da economia brasileira; (2) restrições resultantes da organização institucional-administrativa do país para fins de planejamento e a indefinição quanto ao resgate dos processos de planejamento de médio e de longo prazo no país; e (3) restrições específicas de caráter orçamentário-financeiro, legal, institucional e burocrático e a indefinição quanto a maior flexibilização nos critérios de formação dos superávits primários com vistas à liberação de recursos adicionais para investimentos.

Da mesma forma, **é preciso considerar a intensidade com que as restrições atuam nos horizontes de curto, médio e longo prazo sobre a concretização das alternativas de desenvolvimento sustentável; os interesses envolvidos ao nível nacional e ao nível subnacional; assim como, a incidência das restrições (gerais, para todo o País; específicas, para as regiões e localidades).**

O processo de desenvolvimento nacional impõe restrições que provêm das prioridades máximas estabelecidas pelo Poder Central como, por exemplo, o controle de gastos públicos e da aplicação de recursos para financiamentos diversos, em face da política de estabilização em curso. Porém, **há restrições às decisões de planejamento ao nível subnacional, que resultam da concentração de decisões e instrumentos de política econômica nas mãos do Poder Central**, que retira, das regiões e de áreas específicas, a autonomia de decisão para solucionar muitos problemas de típico interesse subnacional.

Dentro dessas reflexões, ainda há mais dois pontos essenciais: (1) nem sempre há consistência inquestionável entre objetivos diversos, pois a regra é que, dificilmente, todos os objetivos sócio-econômicos são atingidos ao mesmo tempo e, com frequência, chegam a ser incompatíveis uns com os outros; as políticas econômicas e as políticas de desenvolvimento consistem em tensões e compromissos entre os diversos grupos sociais e agentes econômicos afetados quando os objetivos são conflitantes e (2) além do mais, os instrumentos e as medidas das políticas do Poder Central não são diferenciados e adaptados às peculiaridades

regionais e locais, de tal modo que, em geral, podem não ser consistentes com a realidade regional ou local.

Para identificar as linhas gerais de intervenção governamental direta e indireta, visando a viabilizar as ações do PBHSF, é preciso estabelecer diferentes taxonomias das suas políticas programáticas e projetos, pois:

- Há casos em que a questão básica não é, fundamentalmente, de disponibilidade de novos recursos fiscais e financeiros, mas de se **reprogramar o uso dos recursos já disponíveis ou de determinação política para tornar efetivas as regulamentações já existentes**;
- É possível **modular alguns programas e projetos previstos** no PBHSF que envolvem volumosos recursos fiscais e financeiros ainda não disponíveis, visando a esperar melhores momentos de prosperidade econômica no País;
- É possível **ampliar as fontes de financiamento próprio do PBHSF utilizando com maior eficiência e eficácia os instrumentos econômicos previstos legalmente para a gestão dos recursos hídricos**, assim como ampliar a diversidade e o escopo destes instrumentos;
- Há um grande número de projetos de grande relevância para a implementação do PBHSF, os quais podem ser seletivamente promovidos junto ao Segundo Setor (por causa de sua rentabilidade privada), ou junto ao Terceiro Setor (por causa de seus impactos sociais e ambientais);
- Há um amplo e diversificado trabalho de promoção e desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APL's), formados por micro e pequenos empreendedores ao longo dos municípios nas áreas da Bacia, capazes de melhorar as condições de renda e de emprego das populações locais. Além do mais, a moderna metodologia de promoção e desenvolvimento de APL's reduz a pressão fiscal nos três níveis de governo, focaliza instrumentos e recursos organizacionais e financeiros já disponíveis, e constitui-se em práticas e experiências de gestão participativa.

No nível mais próximo da decisão imediata, e a partir da análise dos condicionantes impostos pelas suas restrições de nível superior - que resultam, muitas vezes, em severas limitações às possibilidades de se implementar uma dada alternativa de solução dos problemas regionais e locais – **deve ser feita a avaliação da real disponibilidade de recursos financeiros, administrativos e humanos, bem como os aspectos institucionais, legais e políticos que estão envolvidos na implementação dos programas, dos projetos, das medidas e das recomendações que visam a concretizar uma alternativa de desenvolvimento sustentável para uma dada área-programa ou um dado segmento produtivo. Em resumo, é indispensável que se avaliem os graus de liberdade com os quais podem contar os planejadores e órgãos executivos para atingir os objetivos do processo de planejamento**, e que se adote uma atitude menos ingênua e mais atenta sobre “os limites do possível” quanto ao papel e às perspectivas do processo de planejamento, quando pensado em função de sua possível aplicação em regiões ou setores produtivos.

5.2 Frentes de implementação do Plano

Para que o Plano seja efetivamente implementado, é fundamental que haja uma explícita incorporação, no seu processo decisório, das principais condicionantes econômico-financeiras e político-institucionais do país, no curto, no médio e no longo prazo.

Considerando o quadro descrito anteriormente, há que se garantir, na implementação do Plano, os seguintes aspectos: (1) os recursos, especialmente os de natureza financeira; (2) a organização interna e funcionamento do CBHSF e da Agência a ser criada, que estarão encarregados de conduzir o Plano, face às intervenções propostas; (3) a sustentabilidade hídrica e operacional das intervenções previstas na Bacia e (4) o compromisso dos decisores com o Plano, o que implica na representatividade do CBHSF na Bacia, através do respaldo e mobilização da sociedade e na conquista de apoios de setores externos à Bacia.

Essas exigências delineiam as frentes de implementação do PBHSF, cada uma devendo receber um tratamento estratégico próprio, a saber:

- **Econômica**, correspondente ao fluxo e às possíveis fontes de recursos necessários para o cumprimento do Plano;
- **Institucional**, referente aos decisores e atores diretamente envolvidos com o CBHSF, o Plano e a gestão de recursos hídricos e à organização interna dos executores do Plano;
- **Técnica**, essencial para a garantia da consistência técnica e operacionalização das ações do Plano;
- **Social**, aplicável aos atores não diretamente envolvidos na execução do Plano.

5.3 Aspectos Estratégicos Econômicos

A grande questão do PBHSF é a obtenção de recursos financeiros necessários para a execução das intervenções ali previstas e de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada uma. O CBHSF e a Agência terão a seu cargo a tarefa de argumentar, convencer, negociar e incluir nos Orçamentos da União e dos estados os recursos para as intervenções previstas no Plano, assim como a liberação dessas verbas.

As estratégias econômicas devem focalizar primariamente **a cobrança pelo uso dos recursos hídricos**. A definição de um cronograma para a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos é estratégica para sinalizar a determinação da Bacia na implementação do sistema de recursos hídricos e seu compromisso em participar do programa de investimentos.

Além da implementação da cobrança, os seguintes pontos devem ser observados:

- O atendimento de exigências para inclusão de projetos nos Orçamentos e nas prioridades de órgãos executores, o que muitas vezes pode representar dispor de uma carteira de projetos com detalhamento suficiente que permita ao CBHSF demonstrar sua viabilidade técnica, econômica e ambiental a organismos de análise e avaliação;
- Técnicas de convívio com o contingenciamento de verbas e sua superação;
- A sensibilização de governadores e parlamentares no sentido de atuarem em conjunto pela obtenção ou alocação e liberação de recursos para intervenções preconizadas no Plano;
- A aplicação de parte dos recursos provenientes da compensação pelo uso dos recursos hídricos (CFURH) a estados e municípios em projetos contemplados no Plano ou como contrapartida de financiamentos;
- Esforços no sentido de serem elaboradas leis nos diversos níveis de governo (federal e estadual) para assegurar a vinculação dos recursos das parcelas do CFURH destinado aos estados e municípios a aplicações na Bacia (em recursos hídricos);
- As tratativas para obtenção de empréstimos internacionais;

- A continuidade de aplicação de recursos pelo GEF na fase de implementação do plano;
- A existência de programas e projetos que possuem recursos específicos, como o **Proágua Semi-árido – Obras e Gestão**, que visa garantir a ampliação da oferta de água para o Semi-árido brasileiro, de tal modo que sua escassez relativa não constitua impedimento ao desenvolvimento sustentável da região.

Observa-se, ainda, que apesar da importância do instrumento de cobrança para a gestão de recursos hídricos, é possível vislumbrar alternativas de intervenção que são amplas e multifacetadas e que outros mecanismos e instrumentos de mercado podem ser um braço complementar às atividades regulatórias do Comitê de Bacia. Esses instrumentos visam estimular comportamentos de produção, de consumo e de investimento, no sentido da sustentabilidade ambiental, por meio de: (1) alteração direta dos níveis de preços e de custos; (2) alteração indireta de preços e custos através de medidas fiscais ou financeiras; ou (3) criação e apoio a mercados.

Obviamente, a escolha dos instrumentos e estratégias mais adequadas para viabilizar os objetivos do Plano depende das características de cada situação, sendo preferível adotar-se uma abordagem pragmática que disponha de maior eficácia e considere alternativas múltiplas para cada dimensão relevante da revitalização, recuperação e conservação hidroambiental da Bacia. O desafio, portanto, é balancear os diversos critérios simultaneamente, de modo a identificar instrumentos, políticas e propostas que sejam superiores (ou pelo menos iguais) às suas alternativas e às práticas correntes.

5.4 Aspectos Estratégicos Institucionais

As estratégias institucionais têm sua importância salientada pela circunstância de que, além de seu valor intrínseco, conferem um efeito de alavanca sobre as estratégias econômicas, na razão direta da sua qualidade e do poder de articulação dos atores envolvidos. Nesse contexto, é importante destacar as seguintes ações, que estão vinculadas ao Componente I (Implementação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia – SIGRHI):

Criação do Convênio de Integração

A celebração de um convênio de integração entre a União e os Estados da Bacia, com a interveniência do CBHSF, como previsto no Plano, é o mais importante item dessa frente. Ele permitirá o equacionamento, em bases comuns, de temas centrais para a gestão dos recursos hídricos na Bacia (a alocação de água, a descentralização da gestão, a fiscalização e a cobrança). Por isso, deve ser a primeira prioridade do Plano. Na **Figura 5.1** é apresentada a estrutura prevista para o Convênio de Integração.

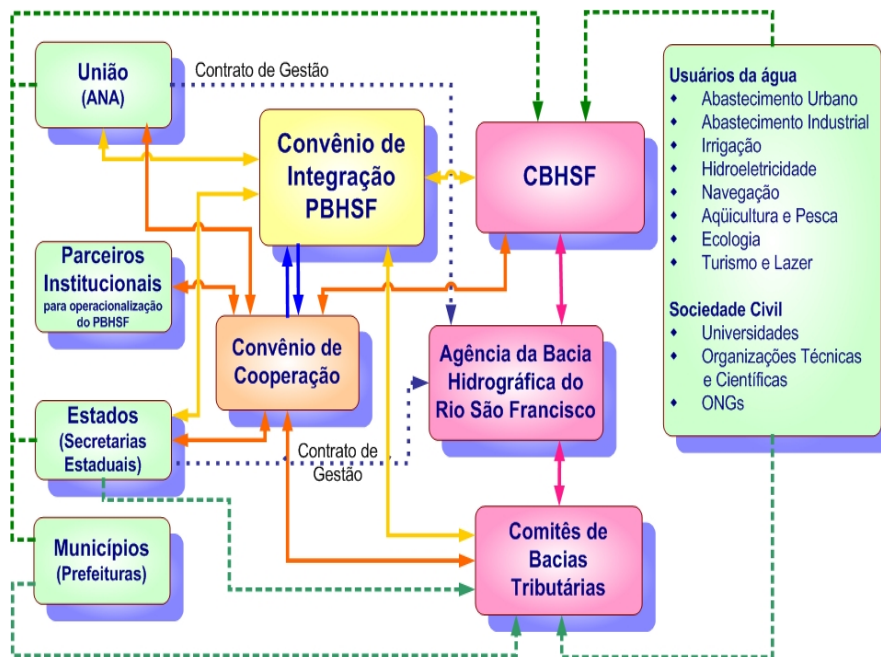


Figura 5. 1 – Agentes envolvidos no Convênio de Integração.

Criação da Agência da Bacia

A Agência da Bacia cumpre papel importante para a implementação bem sucedida do PBHSF, o que reforça a urgência de sua criação. As ações programáticas da Agência de Bacia, prevista para coordenar a gestão dos recursos hídricos da Bacia, podem ser estruturadas em torno de duas funções básicas de planejamento: **a função de negociação e a função de ativação ou animação social**. A primeira função faz parte do trabalho convencional que a Agência deverá realizar, enquanto que a segunda função representa o campo de inovações que se inserem entre as experiências dos processos do planejamento participativo e do desenvolvimento endógeno via sistema de gestão dos recursos hídricos.

A instalação de uma entidade dessa natureza requer algum tempo para que todos os atos exigidos por lei sejam completados e ela ganhe vida, como no exemplo da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Nesse ínterim, o CBHSF deve contar com o escritório técnico, que se constitui no embrião da Agência como suporte à Diretoria do CBHSF nas diversas tratativas de negociação, articulação, ativação e mobilização que deverão ter lugar.

O Escritório Técnico e, posteriormente, a Agência da Bacia, sob orientação do CBHSF, deve cumprir as seguintes funções:

- Negociação, empenhando-se na mobilização por recursos de fundos e programas nacionais e internacionais e atração de projetos de investimento ligados ao aproveitamento ou gestão de recursos hídricos;
- Coordenação de um sistema de informações de recursos hídricos da Bacia que tenha por objetivo implantar uma base de informações qualitativas e quantitativas, visando à geração de um conjunto relevante de indicadores, de modo a oferecer elementos

que permitam formular e monitorar o processo de crescimento econômico e de desenvolvimento regional;

- **Implementação de um sistema de articulação e cooperação permanente com governos estaduais e municipais e órgãos federais**, com vistas à eficiência e à eficácia no cumprimento das funções de planejamento do desenvolvimento sustentável da Bacia, estimulando, inclusive, a capacitação das estruturas técnicas das instituições envolvidas com o PBHSF;
- **Apoio à organização social e política da bacia no âmbito da gestão de recursos hídricos e estímulo às diferentes formas de planejamento participativo** nas diversas etapas de execução e controle do PBHSF;
- Mobilização endógena de energias e recursos latentes nas economias locais e microrregionais (principalmente capitais intangíveis e/ou capacidade ociosa na infraestrutura);
- Apoio técnico ao CBHSF.

Coordenação do CBHSF

Todo o processo de elaboração do PBHSF e a forte interação com o GTT representaram um fortalecimento do CBHSF como entidade focal da Bacia. A implementação do Plano, e em particular o Convênio de Integração que contará com a interveniência do CBHSF, deve ser capitalizada, no sentido de que as decisões principais que influem na gestão dos recursos hídricos passem, de alguma maneira, pelo Comitê que deverá manifestar-se a respeito.

Além disso, é conveniente, para fins de implementação do Plano, que o CBHSF promova reuniões de discussões entre grupos de municípios circunvizinhos (**articulação microrregional**), com terras banhadas por um mesmo afluente, de modo a debaterem uma temática comum ou aumentar a frequência de interações na Bacia a custos menores.

Fortalecimento dos órgãos gestores

A implementação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia – SIGRHI envolve, além da criação da Agência de Bacia e da coordenação do Comitê, o fortalecimento dos diversos órgãos gestores, para que exerçam suas funções de forma coordenada, articulada e integrada.

5.5. Aspectos Estratégicos Técnicos

Para gerar os resultados esperados, é essencial que o PBHSF tenha consistência técnica a curto, médio e longo prazo, propiciada por sua fundamentação científica e metodológica, a ser operacionalizada mediante a integração das várias tarefas necessárias para seu desenvolvimento, de forma a dar suporte ao processo decisório de apoio ao CBHSF. Assim, determinados princípios e orientações estratégicas para os principais atores envolvidos na gestão integrada dos recursos hídricos merecem destaque e são explicitados de maneira sumária a seguir.

5.5.1. Recomendações gerais

Integração dos instrumentos técnicos de gestão dos recursos hídricos

Os países e as agências internacionais de desenvolvimento têm, na última década, adquirido crescente consciência de que são necessárias ações que assegurem a sustentabilidade dos recursos hídricos, isto é, medidas que equilibrem a disponibilidade de água. **A sustentabilidade dos recursos hídricos é o princípio fundamental do Plano**, a ser observado em todas as situações, e foi traduzido nos critérios de alocação de água, na proposta de enquadramento e nas diretrizes para os diferentes usos da água.

Para que a sustentabilidade dos recursos hídricos seja assegurada, deve-se garantir que o conjunto de instrumentos técnicos de gestão dos recursos hídricos contemplados no Plano (alocação de água, outorga, enquadramento, monitoramento e fiscalização) seja implementado de forma integrada, como previsto nas ações do **Componente I - Implementação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia – SIGHRI**. Para tanto, é importante que se estabeleça um ambiente de harmonia de leis, normas e procedimentos para o uso da água, a ser obtido a partir do **Pacto da Água**, consubstanciado em um Convênio de Integração envolvendo a União, os entes federados e o CBHSF.

O Pacto da Água é o instrumento garantidor da distribuição espacial desse recurso de forma adequada aos empreendimentos existentes e aos previstos nos planejamentos setoriais considerados no Plano, em especial os de agricultura irrigada. Ele permitirá compatibilizar demanda e disponibilidade e, assim, promover o desenvolvimento sustentável.

Integração aos sistemas de gestão ambiental e territorial

A quantidade e a qualidade dos recursos hídricos em uma bacia são resultado e reflexo de tudo que ali acontece. O Plano não tem como objeto o desenvolvimento regional, embora o amplo leque de interações entre as atividades humanas e os recursos hídricos, seja para estimular atividades desejáveis do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, seja para desestimular (ou evitar) atividades prejudiciais a essa gestão leve muitas vezes seus gestores a ultrapassar esses limites e assumir ações que extrapolam o âmbito de um plano de bacia. O PBHSF precisa ter foco e não pode ir além seu mandato, mas as partes envolvidas devem ficar sempre atentas para os impactos gerados ou sentidos nos recursos hídricos, para poder agir, na medida do possível, no sentido de fazer a gestão mais adequada. Trata-se de um equilíbrio delicado, que exigirá do CBHSF discernimento e determinação.

Nesse sentido, deve-se evitar o **isolamento da Bacia**, pois muitos dos produtos gerados com o concurso dos recursos hídricos da Bacia do rio São Francisco são externos aos seus limites, especialmente a energia elétrica, o mais notável caso, como também mercadorias agrícolas e, sobretudo, a arrecadação e aplicação de recursos fiscais. Por essas razões, o Plano não deve perder de vista, em suas avaliações, os efeitos sobre o seu ambiente externo.

É importante evitar também o **fluviocentrismo**. Os planejadores de recursos hídricos que trabalham com vazões concentram sua atenção nos cursos d'água maiores, os rios. Os rios são resultado de processos difusos de acúmulo e fluxos de água nas cabeceiras dos diversos afluentes, que muitas vezes nem córregos são. No Cerrado, são campos de altitude, veredas e brejos e no curso do São Francisco, trata-se de lagos laterais. Uma estratégia de

implementação do PBHSF não deve esquecer essas cabeceiras ou nascentes, de forma a considerar o sistema como um todo, incluindo a zona costeira.

De forma a promover a articulação da gestão de recursos hídricos com a de uso do solo, o CBHSF e a futura Agência da Bacia deverão dedicar atenção às articulações com os municípios com vistas ao ordenamento, disciplinamento e fiscalização do **uso e ocupação do solo**, de forma a promover sua compatibilização com as disposições do Plano. Nesse caso específico, o Plano abriga uma atividade exclusiva para esse fim (atividade III.4 – promoção de assistência técnica e financeira aos municípios para a gestão sustentável do solo urbano).

O **manejo dos recursos naturais** também deve ocupar papel de destaque na Bacia. A agricultura e a pecuária, apesar de importantes atividades econômicas, são relevantes fontes de erosão, e conseqüente assoreamento e poluição difusa, com repercussões sobre a qualidade ambiental e expressivas perdas econômicas e patrimoniais. O Plano enfatiza a necessidade de **adoção de práticas conservacionistas**, incentivando a intervenção nas origens do problema, e de inserção nas agendas setoriais e locais, de forma a engajar os atores diretamente responsáveis pelos setores envolvidos e multiplicar os efeitos das intervenções planejadas e recursos investidos. Nesse intuito, relacionam-se as seguintes atividades previstas no Plano: II.4 (recuperação de áreas degradadas); II.5 (recuperação de áreas afetadas pelas atividades de mineração) e III.3 (controle da erosão e assoreamento).

De forma geral, o que se busca é a mudança de hábitos culturais arraigados que vêm passando de geração em geração e se traduzem em práticas inapropriadas de manejo dos recursos naturais. O CBHSF e a futura Agência da Bacia deverão não somente promover as ações das atividades relacionadas, mas buscar, também, na implementação de todas as ações dos Componentes II e III (que envolvem o uso sustentável dos recursos hídricos, a recuperação ambiental da Bacia e serviços e obras de recursos hídricos e uso da terra), a inserção da dimensão ambiental, incorporando-lhes a sustentabilidade como eixo central.

O Plano deverá ser acionado como um elemento balizador, mobilizador, articulador e promotor de agendas de sustentabilidade a serem construídas com os governos, com os segmentos produtivos privados e a sociedade, de maneira a valorizar a descentralização, mudar paradigmas e criar ferramentas eficazes de estímulo (inclusive fiscais) à utilização de práticas desejáveis de manejo dos recursos naturais e de conservação.

Racionalização do uso da água superficial e subterrânea

O Plano, ao incentivar a racionalização do uso da água, contribui para a redução das demandas e racionalização das mesmas, sendo consistente com o seu compromisso de adotar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos como seu centro de equilíbrio.

No **uso da água para abastecimento doméstico**, a racionalização está vinculada ao controle de perdas e à mudança de hábitos de consumo, aspectos que devem ser enfocados na **gestão dos serviços de saneamento**.

O **uso mais racional da água na irrigação**, por sua vez, tem soluções técnicas conhecidas, mas sua adoção depende de capital financeiro e capital humano que não podem ser tomados como dados. Na implementação do Plano é essencial não descuidar das ações de apoio à **capacitação técnica dos irrigantes** e de **promoção do uso racional da água em irrigação**, previstas nas atividades II.1 (promoção de usos múltiplos da água, de forma sustentável, e

prevenção dos impactos de eventos hidrológicos extremos) e III.3 (implementação de ações para controle da erosão e assoreamento).

O Plano considera, ainda, a **água subterrânea** como um importante e estratégico recurso da Bacia, cujo emprego deve ser racionalizado a partir do conhecimento científico dos principais aquíferos ali presentes. Por essa razão, o Plano prevê, inicialmente, a atividade II.2, concebida para que as bases para a utilização sustentável e proteção das águas subterrâneas sejam estabelecidas. À medida que esse conhecimento seja construído e seja obtida uma melhor definição da ocorrência e variação espacial das suas propriedades hidrogeológicas, o CBHSF deverá fomentar a implementação de medidas destinadas a racionalizar a exploração do uso da água subterrânea, proteção de áreas de recarga, monitoramento do comportamento hidrogeológico dos aquíferos e da qualidade das águas subterrâneas, sempre com a visão da sustentabilidade.

Compatibilização das obras de infra-estrutura hídrica para diferentes usos

O conjunto de medidas estruturais necessárias para o balanceamento entre as demandas e a disponibilidade hídrica deve ser determinado mediante análise de alternativas que considerem critérios técnicos, ambientais, econômicos e sociais, aplicados de forma sistêmica e considerando a Bacia como um todo.

Os projetos de barragens deverão prever a compatibilização dos usos múltiplos e aproveitar sinergias positivas. Para que seu desenvolvimento possa ter lugar sem discontinuidades ou conflitos, faz-se mister a integração de todos os atores identificados, desde as primeiras etapas de estudos. Os estudos deverão, sempre que possível, estabelecer relações de compromisso entre os vários usos dos recursos hídricos, incluindo a geração de energia.

Além disso, é condição imprescindível, para a seleção e inclusão de intervenções estruturais de infra-estrutura hídrica nas etapas seguintes do PBHSF, a demonstração de sua **sustentabilidade hídrica** (isto é, garantia da oferta hídrica – tanto em qualidade como em quantidade) e **operacional** (atender os benefícios identificados e da auto-cobertura dos custos operacionais envolvidos) como prescrito no Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, que estabelece os critérios e procedimentos para implantação ou financiamento de obras de infra-estrutura hídrica com recursos financeiros da União e na Resolução nº 194, de 16 de setembro de 2002, da Agência Nacional de Águas.

Convivência com eventos hidrológicos extremos

O princípio geral do Plano para o **controle de cheias** é o emprego preferencial de **medidas não-estruturais**, como o planejamento e ordenamento do uso do solo. Essa orientação está relacionada com a adoção de práticas conservacionistas e com gestão sustentável do solo urbano. As medidas estruturais somente são recomendadas como ações complementares, geralmente necessárias para corrigir deficiências localizadas, tais como trechos não regularizados das calhas dos rios sujeitos a altos picos de vazão ou impactos oriundos da urbanização.

Em situações de escassez, a prioridade de uso da água no Brasil é o abastecimento público e a dessedentação de animais. Para a minoração dos efeitos da seca no Semi-árido, o Plano prevê ações em três atividades: (1) atividade IV.1, que trata da implementação de projetos e obras para universalização do abastecimento de água da **população urbana**, que também abrange as pequenas sedes municipais localizadas na região; e (2) atividades V.1 (abastecimento de

água para a população rural) e V.2 (acumulação de água para suporte a atividade econômica), que são estratégicas para a permanência e sobrevivência da **população rural** na região.

No âmbito da atividade II.1 (promoção de usos múltiplos da água e prevenção dos impactos de eventos hidrológicos extremos), destaca-se, ainda, o Plano de Ação de Mitigação de Secas e de Enchentes.

Atualização tecnológica e científica

Um amplo espectro de questões sobre recursos hídricos, presentemente em discussão pela comunidade científica e por organismos multilaterais em encontros internacionais pode, nos anos vindouros, durante a vigência do PBHSF, trazer oportunidades a serem exploradas ou rebatimentos sobre diretrizes seguidas pelo CBHSF na gestão dos recursos hídricos da Bacia do rio São Francisco. São questões de grande complexidade que poderão ser enfrentadas em algum momento no futuro, seja por pressões da sociedade, seja por pressões governamentais ou de empresários, em um mundo que se transforma com grande rapidez.

A principal implicação da complexidade aqui assinalada seria a de exigir do CBHSF e de sua Agência uma capacitação e um permanente acompanhamento dessas questões científicas e técnicas relevantes para o planejamento e a gestão dos recursos hídricos na Bacia e mobilizar, no momento próprio, o conhecimento existente ou que está sendo gerado em outras partes do mundo na busca de respostas para orientar a sua ação.

Os pesquisadores, professores universitários e as instituições de pesquisa constituem importante grupo de suporte para o Plano e para atualização científica e tecnológica. A aproximação do CBHSF com esses grupos pode ser particularmente importante para a implementação do Plano por incluir formadores de opinião altamente qualificados e com grande audiência. Além disso, podem prestar apoio técnico à Agência da Bacia para elaboração de levantamentos, ensaios, pesquisas e estudos especiais.

5.5.2. Recomendações para os setores usuários

Saneamento ambiental

A meta das atividades do **Componente IV** (Serviços e obras de saneamento ambiental) é a universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, coleta e disposição final de resíduos sólidos para a população urbana da Bacia, com benefícios à saúde pública e ao meio ambiente. Os projetos de coleta e disposição final do lixo, por seu menor custo e, principalmente, pela possibilidade de mobilização social, deverão ser imediatamente iniciados, juntamente com o abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgotos nas áreas prioritárias.

Na área rural, em função das particularidades da **região do Semi-árido**, optou-se por soluções simplificadas e alternativas contempladas pelo **Componente V** (Sustentabilidade hídrica do Semi-árido), que minorem os efeitos da seca, sejam compatíveis com a realidade socioeconômica e configurem um suporte para a atividade econômica, de forma a criar condições para permanência da população na região. No caso de municípios do Semi-árido que não dispõem de cursos d'água perenes ou regularizados para o lançamento dos efluentes, isto é, estão localizados na margem de rios intermitentes, deve-se estimular o uso dos esgotos tratados (por exemplo, para irrigação de culturas) e a infiltração dos efluentes no solo.

Além dos investimentos necessários em infra-estrutura, ressalta-se a **importância da gestão dos serviços de saneamento** (incluindo controle de perdas e incentivo ao reuso da água) e da **sustentabilidade operacional dos sistemas de pequenas comunidades**, que só pode ser alcançada **através de um processo de participação social da população urbana e**, principalmente, da população rural. **O fortalecimento de programas já existentes** no setor, como o PRODES (Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas) e a **extensão do seu princípio básico (compromisso com resultados e com a implementação da gestão participativa dos recursos hídricos) para outros temas, como a oferta de água bruta**, também devem ser considerados pelas autoridades e Governo Federal, para que se possa, de fato, ampliar os benefícios do saneamento ambiental à toda população da Bacia.

Irrigação

O Plano propõe um limite de consumo da água em irrigação nos próximos 10 anos, que por sua vez repercute na área irrigada, dependendo da tecnologia e manejo adotados. Nesse contexto, duas vertentes são estratégicas: (1) o processo de negociação dos limites de vazões a serem utilizadas pelo setor agrícola, onde o Pacto da Água deve orientar o desenvolvimento dos projetos de irrigação de forma compatível com a disponibilidade hídrica na Bacia; (2) as ações que resultem em ganhos de eficiência na irrigação, tais como o emprego das melhores tecnologias, a redução dos consumos específicos e o desenvolvimento de recursos.

O Plano deverá estar atento, ainda, para os seguintes aspectos particulares do setor agrícola:

- A situação de conflito potencial e o crescente impacto do uso da água na irrigação na redução da capacidade de geração de energia, que deverá ser administrada e negociada com o setor;
- O custo adicional para os consumidores de energia do país em decorrência de cada metro cúbico de água transferida da geração de energia para consumo em irrigação;
- Os impactos econômicos e sociais positivos gerados através da exportação dos produtos agrícolas e o ingresso de recursos procedentes dessas exportações.

Geração de energia

A principal diretriz para o aproveitamento do potencial hidráulico para geração de energia refere-se à **compatibilização dos usos múltiplos** dos recursos hídricos, atuais e futuros. Nesse sentido, os projetos e obras hidráulicas de aproveitamentos hidrelétricos e controle de cheias deverão observar os critérios de alocação de água e as regras operacionais de reservatórios objetos de ação deste Plano.

Observa-se que o estabelecimento de uma relação de compromisso do incremento previsto do uso consuntivo na Bacia com a perda de geração de energia, através de um processo de negociação, extrapola os limites da Bacia e a competência do Comitê. Portanto, dentro da perspectiva integrada e multissetorial adotada pelo Plano, é fundamental a criação de um Grupo Técnico de Monitoramento, que envolva a ANA, ONS e o CBHSF.

Navegação

A hidrovia do São Francisco tem potencial para tornar-se uma importante opção de transporte para grandes volumes de carga, o que pode impulsionar desenvolvimento econômico da região. Essa perspectiva torna estratégica a implementação da atividade III.2, que visa apoiar iniciativas destinadas à melhoria da navegabilidade da Bacia.

A navegação fluvial na Bacia do rio São Francisco deverá conviver com a dinâmica própria e natural de um rio de planície e observar as regras operacionais fixadas para os reservatórios da Bacia bem como os tirantes mínimos, adequando os comboios e a programação do transporte para as diferentes condições hidrológicas. De modo similar, **os projetos e medidas estruturais deverão levar em consideração as diretrizes fixadas no Plano quanto a vazões e níveis d'água.** Observa-se que vários dos aspectos apontados exigem a coordenação com outros usos dos recursos hídricos, principalmente com o aproveitamento do potencial hidráulico para a geração de energia.

Pesca e aqüicultura

O **potencial** das atividades de pesca e aqüicultura na Bacia do rio São Francisco é **expressivo**, devendo ser **estimulado através de técnicas apropriadas**, que objetivem o desenvolvimento socioeconômico da região e a conservação ambiental.

O foco para a Pesca e Aqüicultura é definido na atividade II.3, que objetiva implantar programas de manejo da ictiofauna e resgatar a atividade pesqueira com espécies nativas, transformando-a em fonte de geração de emprego e renda; transferindo tecnologias de cultivo, conservação, processamento e distribuição de pescado e seus derivados; e diversificando a estrutura econômica e social do meio rural.

Turismo e Lazer

Os rios que integram a Bacia, assim como os reservatórios existentes ao longo do seu curso, apresentam forte **potencial turístico**, voltado principalmente para a **pesca esportiva, esportes náuticos e ecoturismo**. As ações deverão colocar ênfase na definição das vocações específicas das diferentes localidades e acidentes físicos da Bacia; na articulação e apoio aos diversos órgãos federal, estaduais e municipais encarregados de fomentar o turismo na região; e na promoção de encontros e seminários sobre o tema.

5.6. Aspectos estratégicos sociais

As estratégias sociais estão centradas no alargamento da base de apoio ao PBHSF. Os estudos empreendidos pelo Plano reconheceram cinco linhas básicas de ação nesta frente, descritas a seguir.

Comunicação Social

O PBHSF precisa ser conhecido por todos os que vivem na Bacia e, até mesmo, fora dela. Em sua fase inicial ele dependerá grandemente de uma rede de comunicação com o seu público-alvo para despertar a participação e os apoios de que necessita. Posteriormente, essa rede possibilitará o conhecimento das realizações do Plano, que serão o testemunho mais eloqüente

de sua performance, viabilizando o acompanhamento do seu progresso pela sociedade da Bacia, conforme previsto na Lei nº 9.433/97.

Participação pública e gestão participativa

O PBHSF reforça a importância de se criar iniciativas destinadas a ampliar e diversificar a participação dos vários segmentos da sociedade na gestão dos recursos hídricos, bem como incrementar a qualidade dessa participação através da extensão e multiplicação dos mecanismos de informação e consulta. Desse modo, a existência de uma rede de participação pública em toda a bacia, capaz de manifestar-se rapidamente em relação ao Plano e sua atualização, com a periodicidade adequada ou sempre que julgado oportuno, permitirá atingir um nível crescente de apoio e envolvimento da sociedade com o PBHSF e sua gestão participativa.

As ONG's e os movimentos sociais fazem parte desse conjunto de segmentos da sociedade que deve ser atraído para a sustentação do Plano e devem merecer tratamento diferenciado por parte dos gestores do Plano, pois se tratam de entidades dotadas de grande poder de mobilização, cujo apoio é altamente desejável (Exemplo: na implementação das cisternas no Semi-árido e na gestão de sistemas simplificados de abastecimento de água). Por isso, o CBHSF deve levar o Plano ao conhecimento dessas entidades, esclarecendo-as quanto aos benefícios que deverão advir para a população e para os temas de interesse dessas organizações. Uma série de contatos e reuniões deve ser agendada como parte da estratégia de implementação do Plano.

Esse movimento de aglutinação dos diversos setores da sociedade deve expandir-se para incluir novas categorias sociais, a exemplo dos irrigantes e os trabalhadores na irrigação, que vêm se mostrando cada vez mais organizados. Esse esforço de ampliação da participação pública resultará numa mobilização social de vulto, dando ao CBHSF e ao Plano uma representatividade e legitimidade social ainda maior.

Apoio a arranjos produtivos locais (APL's)

Uma forma de implementação do PBHSF pode ser através do apoio à implantação de APL's ligados ao uso dos recursos hídricos e vinculados, por exemplo, às cadeias produtivas dos produtos da irrigação (exemplo: frutas e vinho), da piscicultura (exemplo: tanques rede) e resultantes do ecoturismo (com a exploração de passeios de barco pelo rio São Francisco em vários de seus trechos ou esportes aquáticos).

Particularmente promissoras na Bacia, iniciativas dessa natureza, observando o uso sustentável dos recursos hídricos, podem trazer benefícios às populações residentes, gerar grande credibilidade para o Plano, mobilizar outros órgãos governamentais a aportar recursos e atrair linhas de financiamento.

Fundo competitivo para pequenos projetos

As ações de revitalização, em especial envolvendo as atividades II.3 (desenvolvimento e implantação de ações de conservação e recuperação da ictiofauna e biodiversidade), II.4 (reflorestamento destinado à recuperação de áreas degradadas), II.5 (recuperação ambiental das áreas afetadas pelas atividades de mineração), III.3 (implementação de ações para controle de erosão e assoreamento) e III.4 (promoção de assistência técnica e financeira aos

municípios para a gestão sustentável do solo urbano), são de tipologia adequada à montagem de um Fundo Competitivo segundo modelo do Programa de Pequenos Projetos do GEF para promover inovações no uso do solo e dos recursos hídricos e fomentar a participação pública em torno do Plano.

5.7. Sistema de acompanhamento e avaliação

O PBHSF de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco precisa de indicadores (de processos e de resultados) para definir prioridades de intervenção, assim como para monitorar e avaliar o desempenho da implementação do PBHSF, especialmente no que diz respeito aos usos e demandas de recursos hídricos, que constitui um caso específico do uso de indicadores de desenvolvimento sustentável.

Em função da escassez generalizada de recursos humanos, financeiros e organizacionais, os programas nacionais e internacionais estão sendo obrigados, cada vez mais, a prestar contas de seu trabalho e se justificar perante doadores, contribuintes e governos. Como resposta a essas novas demandas, foram realizados avanços significativos na definição de metodologia para o desenho e a aplicação de indicadores, mas permanecem muitas incertezas de ordem prática. Os indicadores existentes ou propostos nem sempre estão consistentes com os objetivos e podem não ser funcionais na hora de sua operacionalização.

O risco que se corre não se limita a não conseguir operacionalizar, monitorar e avaliar o Plano. Há também o risco de se desviarem recursos escassos de aplicações urgentes ou do estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento sustentável. A falta de informação adequada pode, ainda, prejudicar a aceitação e a continuidade do Plano. Os indicadores devem, portanto, fazer parte da estratégia de implementação.

As dificuldades para se elaborar um sistema de indicadores de processos e de resultados estão, evidentemente, relacionadas entre si. Algumas são bem conhecidas, outras menos, mas dificilmente todas elas são levadas devidamente em conta nas tentativas existentes dessa elaboração, mesmo nos países desenvolvidos. No Brasil, em particular nas regiões mais carentes, como a maior parte da Bacia do rio São Francisco, os desafios são especialmente de grande expressão.

As experiências de monitoramento em áreas geográficas pequenas não podem ser extrapoladas diretamente para a Bacia, onde as distâncias são enormes, como também são as dificuldades logísticas e de recursos humanos. Além disso, não se pode supor que maior informação significa melhor aproximação da realidade. A informação incompleta e não representativa facilmente pode implicar distanciamento da real situação.

Um desafio geral para o uso de indicadores diz respeito às enormes diferenças de escala e escopo das diversas iniciativas. No mínimo, há que se lidar, simultaneamente, com os níveis de componentes, atividades, ações, intervenções e o Plano como um todo. Além disso, diversos projetos incluem atividades explicitamente dirigidas a influir nas políticas públicas, cuja abrangência espacial extrapola à da Bacia. Metas para indicadores de resultados podem ser politicamente relevantes, mas são arbitrárias se não forem estabelecidas por processos participativos.

Como ponto de partida, podem ser utilizados os indicadores que formaram a base do diagnóstico consolidado da Bacia, que são discriminados nos diversos Estudos Técnicos de Apoio ao Plano.

5.8. Mapa para a implementação do Plano

O PBHSF deve ser visto como um mapa para alcançar um determinado destino, que são os objetivos globais que o norteiam. Em tempos de incerteza e num terreno de alta complexidade a escolha dos caminhos a serem seguidos deve adotar uma estratégia que se adapte à realidade de cada momento. Este item oferece exatamente esse “mapa do caminho” a ser percorrido, isto é, uma visão dos referenciais estratégicos para a implementação do Plano.

O primeiro cuidado a se tomar após a aprovação do Plano é evitar o vácuo pós-plano. Nesse sentido, duas medidas devem ser postas imediatamente em prática:

- O fortalecimento do escritório técnico, embrião da Agência de Bacia, para apoiar a implementação do Plano, enquanto a Agência de Bacia não tem sua implantação concluída;
- A criação efetiva da própria **Agência de Bacia**, que demanda algum tempo para a sua concretização por envolver a realização de uma série de eventos e o cumprimento de diversas medidas legais.

As **atividades** previstas no Plano devem ser iniciadas e conduzidas tão simultaneamente quanto possível, porém aplicando-se diferentes ênfases e ritmos às várias ações, seguindo a já referida estratégia adaptativa.

No que concerne às **intervenções** propriamente ditas será conveniente selecionar um conjunto de maior implementabilidade para os primeiros anos, buscando detalhar aquelas que demandem menos recursos ou enfrentem menor resistência conjuntural para a captação e liberação de recursos. Será de todo conveniente detalhar as intervenções estruturais que integrem esse grupo, formando um banco de projetos para aumentar a atratividade e elegibilidade das mesmas para financiamentos de entidades responsáveis pela liberação de recursos. Não é demais recordar que muitas vezes, oportunidades de financiamento são perdidas pela falta de projetos pertinentes e com o grau de detalhamento apropriado.

O primeiro resultado do Plano, tão logo seja o mesmo aprovado, deverá ser um **Convênio de Integração**, a ser firmado pela União e pelos Estados da Bacia, com a interveniência do CBHSF, endossando os critérios de alocação de água constantes do Plano e delegando aos Estados, quando for o caso, a sua aplicação em seus territórios. Esse Convênio representará um gesto eloqüente do valor atribuído por esses entes federados à Bacia e deverá ser, ao mesmo tempo, uma demonstração de comprometimento e sinalização de abertura a investimentos federais e estaduais, ainda que os seus caixas estejam submetidos aos rigores do ajuste fiscal.

A primeira iniciativa do Comitê após a aprovação do Plano e celebração do Convênio de Integração deverá ser a sua ampla divulgação pela Bacia e a ampliação de sua base de apoio. Deverão ser agendadas reuniões e apresentações para governadores, secretários dos Estados da Bacia, parlamentares desses Estados, prefeitos e secretários municipais, representantes dos órgãos públicos estaduais e federais com presença institucional ou programas na Bacia, ONG's, etc. Esses contatos deverão servir para: (1) identificação de oportunidades, (2)

obtenção de apoios, (3) estabelecimento de compromissos com o Plano e de um consenso quanto às primeiras intervenções e (4) implementação do arranjo institucional.

O CBHSF deverá dedicar-se, como aprofundamento natural das reuniões e apresentações do Plano, ao trabalho de inclusão das intervenções previstas, particularmente aquelas estruturais, nos orçamentos da União e dos Estados. Este é um trabalho de sensibilização, convencimento, mobilização e articulação, próprios do papel do Comitê, que contará com o apoio do Escritório Técnico e, mais tarde, da Agência da Bacia.

Vencida a fase de aprovação do orçamento, a tônica dessas articulações deverá voltar-se para garantir a liberação dos recursos inscritos nas peças orçamentárias para concretização das intervenções indicadas no Plano. Essa **frente de implementação institucional e econômica** será permanente durante toda a vigência do Plano, renovando seus objetivos a cada ano. Ela será beneficiária da rede de contatos estabelecida durante a campanha de reuniões e apresentações do Plano à administração pública e da capacidade de mobilização pública desenvolvida pelo CBHSF, elementos fundamentais para o sucesso do Plano.

Do ponto de vista de utilização de recursos financeiros, prevê-se que o Plano tenha **três etapas diferenciadas**:

- A **inicial**, correspondente aos dois primeiros anos, na qual a utilização de recursos será reduzida e o **esforço de implementação estará concentrado na articulação, negociação e organização, com algumas intervenções estruturais**;
- A **intermediária**, durante os quatro anos seguintes, onde a **necessidade de recursos crescerá rapidamente** até atingir o seu pico anual e o esforço de implementação estará **concentrado em intervenções estruturais, sem descuido das responsabilidades de negociação, articulação e gestão**;
- A **final**, correspondente aos quatro últimos anos do Plano, onde a demanda de recursos financeiros declinará ligeiramente com o passar dos anos, **as intervenções estruturais continuarão sendo realizadas** e ao **esforço de negociação, articulação e gestão se agrega uma retomada do planejamento nos dois últimos anos**.

Reavaliações bienais do progresso alcançado **deverão ser levadas a efeito**, ocasião em que se elegerão **prioridades para o período subsequente em função dos resultados conseguidos** até então.

O **Componente I**, por envolver **a implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia – SIGRHI** é o **componente-chave do Plano**. Por não ser um componente estrutural, também consome menos recursos, que se imagina que deverão vir, em um primeiro momento, dos Governos (Federal, Estaduais e do Distrito Federal) do GEF e, mais tarde, da cobrança pelo uso da água.

As atividades I.1 (Fortalecimento da articulação e compatibilização das ações dos órgãos públicos atuantes na Bacia) e I.2. (Implementação e fortalecimento dos instrumentos institucionais de gestão e capacitação da Bacia) serão implementadas na esteira dos contatos, reuniões e apresentações do Plano referidos como primeira iniciativa do Comitê, tirando partido dos contatos e vínculos criados naqueles eventos. A implantação da Agência da Bacia terá tratamento prioritário, mas seguirá curso próprio, a ser conduzido pelas reuniões de apresentação do Plano e eventos de mobilização social de apoio à sua implementação e pelas

exigências legais que deverão ser atendidas. O treinamento e capacitação dos membros do SIGRHI poderão iniciar-se ainda no primeiro ano, mas seu ritmo deverá ser estabelecido no bojo dos contatos, reuniões, apresentações e articulações já mencionadas, especialmente aquelas integrantes da atividade I.1.

A Atividade I.3 (**Desenvolvimento e implantação dos instrumentos de regulação de uso dos recursos hídricos na Bacia**) é uma das mais **urgentes** e deve ter início ainda no primeiro ano do Plano, com a Ação I.3.1 (**Regularização do uso dos recursos hídricos**). Ela **sustentará a concessão de outorgas de uso de água, a fiscalização e monitoramento integrado dos usuários** e, como conseqüência, permitirá o debate, **aprovação e início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia**. Ela deverá contar com o apoio e a participação da ANA e dos órgãos gestores estaduais, representando um aprofundamento, em bases práticas do Convênio de Integração celebrado. Também terá o significado de que o Plano está sendo levado a todos os pontos da Bacia, que a gestão vai se tornando uma realidade e seus instrumentos estão sendo implantados na Bacia. A implementabilidade de cada uma das ações previstas no Componente I dependerá da capacidade de articulação e negociação desenvolvida durante a implementação do Plano.

O Componente II refere-se ao uso sustentável dos recursos hídricos e reabilitação ambiental da Bacia. Consiste de atividades e ações que se exprimem por estudos, formulação de diretrizes, fomento (a uso, a atividades), apoios a ações de racionalização de usos da água, de conservação e recuperação da biodiversidade e gestão de conflitos.

Assim, as intervenções que fazem parte do Componente II dão continuidade ao Componente I e estendem seus efeitos. **A abordagem estratégica a ser utilizada nesse componente é a de gestão cooperativa**, na qual o Comitê atuará em conjunto com os setores responsáveis ou afetados no sentido de recuperar, prevenir ou conservar, cabendo ao CBHSF acompanhar estudos, apoiar e fomentar ações executadas por terceiros mediante convênios e acordos de cooperação. O financiamento dessas ações pode provir dos próprios executores, de ONG's, agências de fomento internacionais e nacionais, além dos orçamentos da União e dos Estados. As ações iniciais de divulgação do Plano poderão ser úteis para identificar oportunidades de conseguir financiamentos das ações desse componente. Do ponto de vista de um cronograma de implementação, o Componente II deve ter seu início depois que a apresentação do Plano esteja concluída em toda a Bacia, podendo, entretanto, ter início simultâneo ao Componente I. Deve ser lembrado que as ações que o constituem são de longo termo, devendo estender-se até o fim do Plano, e que seus ritmos e progressos devem ser ajustados aos condicionantes políticos financeiros presentes.

As Atividades II.1 (Promoção de usos múltiplos da água e prevenção de eventos hidrológicos extremos) e II.2 (Bases para a utilização sustentável e proteção das águas subterrâneas) mobilizam especialmente a ANA, os órgãos gestores das unidades federadas e o poder de negociação do Comitê, com perspectivas de conquistas e benefícios, alcançáveis em prazos relativamente curtos, o que reforçará a posição do CBHSF como a organização focal da Bacia. Por essa razão, o Comitê e seu braço executivo, a Agência da Bacia (ou o Escritório Técnico) devem investir nessas atividades, pelos dividendos político-institucionais que podem trazer para o próprio CBHSF (especialmente para o seu poder de interlocução) e para a implementação do Plano.

As atividades II.3, II.4 e II.5, voltadas para a conservação e recuperação da biodiversidade, das áreas degradadas e de áreas afetadas por atividades de mineração, representam um

aprofundamento da capacidade de articulação e negociação do CBHSF e da Agência da Bacia, desta feita ampliando a transversalidade entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão do meio ambiente, já iniciada na fase de lançamento do Plano.

Os componentes III (Serviços e obras de recursos hídricos e uso da terra), IV (Serviços e obras de saneamento ambiental) e V (Sustentabilidade hídrica do Semi-árido) são de **natureza estrutural** e, por isso, **demandam muitos recursos**, notadamente no setor de saneamento ambiental. Sua implementação exigirá um **grande esforço de identificação, vinculação e liberação de recursos orçamentários** e exercício da estratégia adaptativa, conjugando percepção de oportunidades com flexibilidade de opções e velocidade de decisão. Dispor de um bloco de intervenções equacionadas em termos de projetos e custos que possam satisfazer exigências de órgãos financiadores, reavaliado a cada dois anos, será uma tática absolutamente imprescindível para conseguir algum sucesso nessa batalha por recursos.

Como já dito, **é essencial que a gestão de recursos hídricos**, desenvolvida durante a implementação do Componente I **seja complementada, ainda nos dois primeiros anos, por pequenas intervenções estruturais**, que sejam **demonstrativas do potencial do Plano** e dê ao PBHSF **visibilidade na Bacia**. Essas ações devem dar um salto em ritmo e velocidade no terceiro ano, quando se espera maior captação de recursos, mercê das articulações, negociações e contatos estabelecidos nos dois primeiros anos.

A mais expressiva fonte de recursos das intervenções que integram os Componentes III, IV e V são os orçamentos da União e dos Estados, sendo que, para entrarem nesses orçamentos, elas devem ter sido acolhidos nos PPA's correspondentes. Isso sinaliza que **o CBHSF deverá empenhar-se em intensa competição por recursos**, para o que **necessitará de um grande poder de negociação e articulação**.

A estratégia para implementação dos **Componentes III, IV e V** deve seguir os seguintes passos:

- Iniciar esses componentes por intervenções que demandem menos recursos, já que nos dois primeiros anos, haverá escassez e dificuldades gerenciais a superar. Dentre eles, os que devem ser priorizados são as atividades III.1 (Implementação de ações para a regularização de vazões, uso múltiplo e controle de cheias) e III.2 (apoiar iniciativas destinadas à melhoria da navegabilidade da Bacia);
- Iniciar as atividades e ações não diretamente relacionadas com os Recursos Hídricos, onde o CBHSF terá um papel de: (1) negociar incentivos governamentais; (2) apoiar estudos, projetos e programas; e (3) prover assistência técnica às entidades executoras, caso das atividades III.3 (Implementação de ações para controle da erosão e assoreamento) e III.4 (Promoção de assistência técnica e financeira aos municípios para a gestão sustentável do solo urbano);
- Providenciar a elaboração dos projetos das intervenções integrantes dos Componentes IV (Serviços e obras de saneamento ambiental) e V (Sustentabilidade hídrica do Semi-árido), para os dois primeiros anos;
- Exercer intensa articulação e negociação para inclusão dessas intervenções no PPA, nos orçamentos e para a liberação dos recursos correspondentes depois da aprovação dos Orçamentos com essas intervenções nele incluídas;
- Acompanhar a execução das obras que vierem a ser contratadas por órgãos do governo;

- Avaliar ao fim de cada biênio os resultados obtidos e promover as revisões e atualizações pertinentes.

Do exposto, resulta **importante** para o Comitê **dispor de uma carteira de projetos** que lhe dê a flexibilidade e adaptatividade necessárias para ajustar-se à realidade que irá enfrentando ao longo da implementação do Plano para que possa tirar o melhor partido dessas condições. Nesse sentido, ele deverá desenvolver a capacidade de conceber diferentes táticas de financiamento de projetos, tais como: (1) o uso de contrapartidas locais; (2) a capacidade de criar fundos competitivos e apoiar o financiamento a APL's que façam uso racional dos recursos hídricos; (3) a promoção de articulações microrregionais (entre elas o Consórcio Intermunicipal e o uso de recursos das compensações hidroenergética), dentre outras.

Por fim, **cabe lembrar o conceito de plano como processo**, um elemento orgânico e dinâmico, **orientador da tomada de decisões em busca dos objetivos pré-estabelecidos**. A constante auscultação, percepção, interações e concretização das oportunidades e da **materialização do PBHSF através de negociações político-institucionais e gestão participativa** devem constituir-se na sua mais importante estratégia de implementação, acompanhamento, monitoramento e revisão.